

Quercus diz que viveiros nacionais produzem eucaliptos para plantações ilegais

17 de Julho, 2017

A associação ambientalista Quercus alertou hoje que os viveiros florestais produzem eucaliptos para plantações ilegais e defendeu que na permissão da compra e venda de eucaliptos deveria existir apenas autorização do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

Em comunicado, a Quercus refere que os viveiros florestais nacionais produzem cerca de 30 milhões de eucaliptos certificados por ano e que o conjunto destes viveiros florestais também vende para o mercado geral, abastecendo os proprietários privados, mesmo que estes não tenham autorização do ICNF para efetuar arborizações com eucaliptos.

Quase metade destes eucaliptos são plantas produzidas por empresas do grupo Altri e The Navigator Company, adianta a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza. A Quercus lembra ainda que, nos últimos anos, foi autorizada pelo ICNF a arborização e rearborização de cerca de 12 mil a 13 mil hectares de terrenos com eucaliptos por ano.

“Mesmo considerando algumas perdas em viveiro e transporte, conclui-se que o número de eucaliptos plantados anualmente de forma legal não ultrapassa os 17 milhões. Sobram assim cerca de 13 milhões de eucaliptos (43% do total), livres para venda e consequente plantação, sem que exista qualquer autorização do ICNF”, assinala a Quercus.

A Quercus nota que, na consulta pública da reforma da floresta, já tinha alertado o Governo de que era essencial criar um mecanismo legal de controlo das plantas produzidas em viveiros para projetos florestais com espécies de rápido crescimento, pelo que defende que a permissão da compra e venda de eucaliptos deveria existir apenas mediante a apresentação de uma autorização do ICNF.

“Enquanto não existe uma regulamentação adequada, a Quercus apela à responsabilidade social das empresas viveiristas, incluindo as pertencentes à indústria de celuloses, para que não vendam eucaliptos a particulares ou a outras entidades que não tenham autorização para (re)arborização com eucalipto emitida pelo ICNF”, enfatiza a associação, dizendo temer que a partir de outubro sejam vendidos mais 30 milhões de eucaliptos se entretanto não entrar em vigor a legislação prometida pelo Governo.

Tudo leva a indicar – sublinha a Quercus – que a não publicação da prometida legislação para restrição à plantação de novas áreas de eucalipto, levará a uma “nova corrida à compra e plantação desta espécie florestal, com graves consequências ao nível do ordenamento do território e ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)”.